IMPASSES PARA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: revisão integrativa

Lorenna Carvalho Saraiva[1]

RESUMO
O presente estudo enfatizou os impasses para a aplicação das políticas públicas na Educação Especial, tratando-se de uma revisão integrativa. Realizou-se a pesquisa a partir da localização Bases de Dados Scielo, LILACs, Science Direct, Eric, utilizou-se a busca por descritores "políticas de educação" AND (educação especial), Dispõe-se dos seguintes critérios de inclusão: estudos completos; gratuitos; últimos 15 anos e; dos critérios de exclusão: dissertações; teses; artigos repetidos, outras revisões, com o objetivo de identificar os principais impasses para aplicação das Políticas Públicas na Educação Especial brasileira. Dentre os resultados, percebe-se categoricamente que frente às pesquisas apontadas, as Políticas Públicas de Educação Especial devem ser sempre remetidas a estudos maiores, discussões, pesquisas, avaliação, assim como serem compostas pelos ciclos significativos das Políticas Públicas e representativo de aprendizagens com diretrizes, financiamento, propostas pedagógicas, formação de professores, entre outros aspectos relevantes. Percebe-se uma carência na formulação dos debates e nas pesquisas relacionadas às Políticas Públicas de Educação Especial. Sendo assim, a produção do conhecimento nessa área deve avançar com o intuito de obtermos mais respostas às demandas totais e não específicas.

Palavras-chave: Políticas públicas; Educação especial; Desafios da educação.

ABSTRACT
The present study emphasized the impasses for the application of public policies in Special Education, in the case of an integrative review, a survey was carried out based on the Scielo, Lillacs, Science Direct, Eric databases. descriptors "education policies" AND (special education), inclusion criteria: complete, free studies, last 15 years, and exclusion criteria: dissertations, theses, repeated articles, other reviews, with the objective of identification of the main impasses for the application of public policies in Brazilian special education. Among the results, it is clear that, in view of the research identified as Public Policies for Special Education, they should always be referred to larger studies, carry out research and evaluation, as well as be composed of the defined cycles of the policies and the representative public, learning with guidelines, financing, pedagogical proposals, teacher training and other relevant aspects. There is a lack of information on debates and

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Campus Dom Delgado. São Luís/MA/Brasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0151-2759 E-mail: lorennasaraiva@hotmail.com.

research related to Public Policies for Special Education, therefore, the production of knowledge in this area must advance in order to obtain more answers to total and non-specific demands.
Keywords: Public policies; Special education; Education challenges.

1 INTRODUÇÃO

Analisando os impasses para a aplicação das Políticas Públicas de Educação Especial existentes na atualidade, fez-se necessário primeiramente tecer um breve esclarecimento sobre a definição das Políticas Públicas, no intuito de obter uma melhor compreensão acerca do seu papel, das suas propostas, das pessoas ou instituições que são envolvidas nesse processo, pois considera-se que elas colaboram para o desenvolvimento de um sistema inclusivo e com mais seguridade dos nossos direitos na sociedade em geral.

Sacchi (2012) define o estudo sobre Políticas Públicas por meio de conceitos, esquemas de análise e casos práticos. O autor reconhece que esse processo deve ser inserido também em um ciclo com fases interdependentes. Ressalta-se que nesse modelo os ciclos são compostos por etapas com sete fases iniciais, envolvendo a identificação do problema, a formação de uma agenda, formulação de alternativas, tomadas de decisão, implementação, avaliação e extinção.

Nessa perspectiva, Souza (2006), ao referir-se sobre o conhecimento e áreas de conhecimento a serem pesquisadas e estudadas, deixa claro que é primordial para qualquer pesquisador ou pessoa conhecer as raízes e história do campo de interesse. Portanto, acredita que as Políticas Públicas são uma área de conhecimento acadêmico, sistematizada e com campos multidisciplinares. Por isso, são inúmeros os conceitos e entendimentos dessa área de conhecimento, sejam por interesses políticos, acadêmicos, profissionais ou pessoais.

A Educação Especial se constituiu a partir da concepção do processo de escolarização das pessoas com deficiência. Nesse aspecto, ela passou a ganhar espaço e forças com bases em um modelo integracionista e inclusivo. Essas forças também foram impactadas pelas mudanças do tratamento, do comportamento e até da própria nomenclatura dadas aos segmentos envolvendo a Educação Especial. Assim, as alterações e mudanças no comportamento e visão das pessoas tornaram-

se significativas para esse movimento. Um segundo ponto é que ela emergiu sob a luz da Educação Inclusiva que, por sua vez, rompeu as barreiras, proporcionando aos alunos com deficiência acesso, funcionalidade e permanência nas escolas e com foco nas diversidades.

A Educação Especial conquistou ganhos enriquecedores e, hoje, está alicerçada com bases legais e assegurada por políticas públicas voltadas para a escolarização das pessoas com deficiência. Foi garantida a convivência e aproximação e aprendizagem de todos os alunos independentemente da sua condição. Em se tratando da Educação Especial, a LDB, em seu artigo Art. 58, dispõe sobre modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, e altas habilidades ou superdotação.

Contudo, na prática e no cotidiano da vida escolar ainda existem dificuldades e barreiras a serem superadas, assim como alguns impasses para aplicação das Políticas Públicas de Educação Especial de (2008). Considera-se que a Educação Especial faz parte de todo o sistema educacional brasileiro e perpassa por todos os níveis de ensino. Ressalta-se que as práticas pedagógicas, a sensibilização das famílias no processo de inclusão para uma frequência mais efetiva desses alunos, a quebra de conceitos pré-estabelecidos e paradigmas da inclusão, investimentos, estruturas física, na estrutura de materiais adaptados, na formação dos professores de sala de aula, na formação continuada dos professores da Educação Especial, nas propostas e adaptações curriculares, e principalmente nas escolas, onde encontramos resistência para diversidade em sala de aula são meios de naturalizar e introjetar a Educação Especial no cotidiano escolar brasileiro.

Diante do exposto, levantou-se a seguinte hipótese: se houve uma evolução nos marcos políticos e legais em Educação Especial, pressupõe-se que muitas barreiras foram superadas. Porém, algumas barreiras atitudinais e de transformação nos sistemas de ensino ainda não foram sanadas para garantir um maior acesso e permanência do público-alvo. Nesse sentido, o clico das políticas públicas de educação torna-se, então, imprescindível como uma pauta importante à Educação Especial na perspectiva da inclusão. Diante desse contexto, deve-se refletir sobre as

práticas consistentes que resultem em linhas maiores também de inclusão, assim como nos processos de ensino e aprendizagem mais significativos e menos reprodutivos de processos não efetivos.

Justifica-se a escolha da temática por entender que o Decreto Nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, anunciado pelo Ministério da Educação - MEC, institui a nova Política de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Com isso, A Política Nacional de Educação Especial Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, de setembro de 2020, abre espaço a diversas interpretações, cria impasses, retrocede e desvaloriza os movimentos sociais, dos pesquisadores e a ciência. Sendo assim, essa nova Política substituirá a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008. Se realmente for aprovada e colocada em prática, será uma ponte maior na segregação escolar.

O objetivo do estudo foi identificar os principais impasses para aplicação das Políticas Públicas na Educação Especial brasileira.

2. MÉTODO

Uma pesquisa deve ser demarcada com critérios envolvendo uma estrutura operacional capaz de alavancar um resultado. É um processo de construção que necessita de etapas, de metodologias, de sistemáticas e principalmente da elaboração de instrumentos estratégicos com a finalidade de apoio para a análise dos dados levantados. Contudo, existem diversos tipos de métodos e cada um conduz o pesquisador ao exercício da pesquisa, auxilia na construção e na organização sequencial, tornando-se relevante e necessário.

A Revisão Integrativa da Literatura também perpassa por etapas e processos essenciais à pesquisa científica. Segundo Botelho, Cunha, Macedo (2011), são seis etapas correspondentes ao método, cuja primeira etapa identifica o tema e seleciona a questão de pesquisa, a segunda etapa estabelece critérios de inclusão e exclusão, na terceira etapa pontua os estudos pré-selecionados e selecionados, a quarta etapa categoriza os estudos selecionados, a quinta etapa realiza uma análise e

interpretação dos resultados e, finalmente, a sexta etapa apresenta a revisão/ síntese do conhecimento.

Desfruta-se da concepção da Educação Especial como os mesmos objetivos que a educação possui e, a partir desse entendimento, ela é relevante. Durante as formulações das novas Políticas Públicas de Educação Especial, a reflexão acerca do sistema educacional é realizada a partir da concepção da Educação Especial? Nesse sentido, elas visam uma aproximação de propostas que oferecem possibilidades de aprendizagens mais significativas e que diminuam os impasses na sua aplicação, ou seja, que possibilite o desenvolvimento de oportunidades para todos, com mais respeito à diversidade, à igualdade e à equidade?

Buscou-se realizar a pesquisa a partir da localização nas seguintes Bases de Dados Scielo, LILACs, Science Direct, Eric. Utilizou-se a busca por descritores "políticas de educação" AND (educação especial) por possuir características mais próximas ao tema estudado. Acredita-se na obtenção de respostas, organização, caracterização e aprofundamento do tema. Sendo assim, o descritor foi essencial à formulação de estratégias e informações mais consistentes. Dispõe-se dos seguintes critérios de inclusão: estudos completos; gratuitos; dos últimos 15 anos e; dos critérios de exclusão: dissertações, teses, artigos repetidos, outras revisões.

Ressalta-se que a pesquisa envolve todo um rigor científico. Durante a busca por resultados, a prática em evidências é uma abordagem que abrange critérios de criticidade, problematização e a concretização de avaliação em decorrência desse estudo. Nessa sequência, os aspectos relacionados à qualidade são um dos critérios imprescindíveis.

3. RESULTADOS

Inicialmente, foram encontrados na plataforma Scielo 15 (quinze) artigos de estudos, dos quais após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 10 (dez) foram selecionados. Na LILACs, 6 (seis) artigos de estudos dos quais após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 3 (três) foram selecionados. Nas bases SCIENCE

DIRECT e ERIC, nenhum resultado correspondente à busca por descritores "políticas de educação" AND (educação especial).

Quadro 1 - Principais Características dos Estudos Selecionados

Autor(a)/Ano	OBJETIVO
GARCIA, 2006	Interessa-nos neste trabalho focar as concepções subjacentes às políticas para a educação especial na sua relação com a organização do trabalho pedagógico.
GARCIA, 2013	Contribuir com as reflexões acerca da formação docente no âmbito das políticas inclusivas, particularmente aquelas às quais temos dedicado nossos estudos: as políticas de educação especial.
GARCIA, 2011	Apresentar e analisar alguns elementos que constituíram as políticas de Educação Especial nos vinte anos de existência do Grupo de Trabalho - GT 15 da ANPEd (1991-2011).
GARCIA; BARCELOS, 2021.	Evidenciar os movimentos políticos e sua participação na constituição do público-alvo das políticas de Educação Especial no Brasil.
ALMEIDA; MELO; FRANÇA, 2019	Refletir acerca da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, suas implicações nas políticas públicas e ações voltadas aos alunos da educação especial, a partir do contexto do Espírito Santo (ES).
KASSAR; REBELO, OLIVEIRA 2019.	Evidenciar a atuação de diferentes atores na proposição dos rumos da política nacional de educação especial de 2001 a 2018 e na sua implementação.
JESUS et al. 2018.	Discutir a Educação Especial em uma perspectiva inclusiva com um olhar comparado.
PÚBLIO; LIMA, CAIADO, 2018.	Investigar a atual estrutura organizativa e os serviços de educação especial nas escolas públicas e nas instituições especializadas credenciadas como escolas que funcionam no município de Sorocaba, São Paulo; bem como apresentar a análise do contexto das políticas de educação especial na rede municipal, no período de 1988 a 2016
LAPLANE, 2006	Artigo analisa as condições de implementação de políticas de educação inclusiva no Brasil e no Reino Unido.
VASQUES; MOSCHEN, GURSKI, 2013.	O presente ensaio discute a implementação das diretrizes inclusivas considerando o texto político e seus efeitos no contexto da prática.
INGLES et al. 2014.	Analisar a produção cientifica na área de políticas públicas, com foco para a formação de professores da educação básica que atuam em contextos inclusivos.
PAVEZI; MAINARDES, 2019.	Apresentar uma síntese de uma pesquisa mais ampla sobre as políticas de Educação Especial no Estado de Alagoas.
BUENO, 2012.	Analisar a produção de conhecimento sobre as políticas de educação especial no Brasil, na perspectiva da inclusão, que têm se apoiado nos seguintes princípios: o sistema escolar deve assegurar condições necessárias para a oferta de educação de qualidade para todos os alunos; a identificação dos alunos com deficiência deve ser efetuada pela equipe escolar, envolvendo o setor responsável; a inclusão demanda corpo docente qualificado, expresso pela formação de professores capacitados e professores especializados;

FONTE: Produzido pela autora (2021).

Quadro 2 - Principais Características dos Estudos Selecionados

Autor(a)/Ano	PRINCIPIAS RESULTADOS
GARCIA, 2006	O estudo permitiu perceber a insuficiência das proposições inclusivas para as políticas de educação especial no Brasil no sentido da superação das desigualdades educacionais. Esta posição expressa, em grande medida, uma reprodução em relação às proposições internacionais, mas expressa também uma apropriação e preservação ativa de princípios conservadores na compreensão das relações sociais, as quais subordinam, em grande medida, as formas organizativas do trabalho pedagógico no campo em análise.
GARCIA, 2013	Os trabalhos aqui apresentados indicam a perpetuação do conhecimento hegemônico na educação especial, associada à carência de debate pedagógico e de discussões acerca do trabalho do professor, o que repõe a necessidade de reflexão sobre qual a educação especial necessária à educação nacional e qual o professor para atuar nessa modalidade.
GARCIA, 2011	O balanço de produção revelou a importância das pesquisas desenvolvidas no país e socializadas no âmbito da GT 15 da ANPEd para a compreensão das políticas de Educação Especial no Brasil no que se refere aos princípios e conceitos fundamentais, proposições e dinâmicas de implementação em redes estaduais e municipais de ensino.
GARCIA; BARCELOS, 2021.	Constataram-se que a participação dos movimentos na constituição do público-alvo da Educação Especial acontece em níveis diferentes, com os movimentos *de* e *para* pessoas com deficiências adotando a estratégia de participação em cargos públicos na esfera do aparelho de Estado para que seus interesses sejam incorporados as políticas educacionais, evidenciando a articulação das organizações da sociedade civil como elemento constituidor do Estado Integral. Por fim, destacam-se a forma de atuação política fragmentaria dos movimentos com vistas a demandas especificas.
ALMEIDA; MELO; FRANÇA, 2019	A análise aponta que as políticas de educação especial, no Brasil e no ES, são resultado de disputas, negociações e correlações de forças políticas de diferentes grupos sociais no âmbito do estado. Nesse sentido, revelam nuances e contradições, pois, ao mesmo tempo que asseguram a inclusão dos alunos da educação especial no ensino regular, também estabelecem apoio técnico e financeiro às instituições privadas sem fins lucrativos com atuação em educação especial.
KASSAR; REBELO, OLIVEIRA 2019.	Verifica-se que o período se caracteriza por disputas em que há a evidente ação das parcerias históricas na formulação de diretrizes para a educação especial e o fortalecimento de outro grupo composto por pais, pesquisadores do campo, técnicos e assessores políticos, que passa a combater explicitamente a histórica atuação das instituições especializadas.
JESUS et al. 2018.	Cabe destacar que os últimos dez anos, tanto em termo estadual quanto municipal, revelam um saldo positivo no campo do financiamento da Educação e Educação Especial; nas políticas de formação docente; e na implementação de serviços (com destaque para a instalação das salas de recursos multifuncionais e dos trabalhos em colaboração).
PÚBLIO; LIMA, CAIADO, 2018.	Os resultados revelam que as escolas especiais privadas, com recursos públicos, detêm o maior número de matrículas dos estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento.
LAPLANE, 2006	A implementação dessas políticas, nos dois países considerados, é pontuada por um conjunto de leis e documentos oficiais que visa a especificar as ações inclusivas. As práticas, entretanto, esbarram tanto nos conflitos e tensões gerados pelas condições sociais gerais, como nas propriedades dos sistemas educacionais.

VASQUES; MOSCHEN, GURSKI, 2013.	Se, no âmbito dos princípios, são reconhecidas a igualdade e as diferenças, na concretude das escolas ainda persiste a noção do diferente como desigual. Da inclusão ao pertencimento, aposta-se no diálogo como valoração da alteridade e condição de pertença.
INGLES et al. 2014.	Os resultados indicaram um total de 2146 artigos, dos quais foram selecionados, inicialmente pelos resumos, 140 artigos e, finalmente, tomados 16 para leitura e analise de conteúdo. Nessa analise observou-se a necessidade de disseminação desse tema perante a sociedade, com vistas a importância da atuação docente nessa busca de pressupostos para uma educação inclusiva.
PAVEZI; MAINARDES, 2019.	Os resultados apontam limitada autonomia, na produção dos textos legais que normalizam a Educação Especial e presença insuficiente do Estado na garantia das condições mínimas para a atuação dessas políticas em Alagoas. Como consequência, agravam-se as dificuldades em transformar o sistema de ensino em espaço inclusivo.
BUENO, 2012.	A produção de conhecimento nesta área necessita avançar não só em termos do impacto sobre as Práticas correntes de Educação Especial – que produz resultados, tal como afirma Skrtic (1996) – mas aos fundamentos teóricos que têm norteado essas práticas durante toda a história da educação especial na sociedade moderna, calcados exclusivamente na biologia e psicologia.

FONTE: Produzido pela autora (2021).

4. DISCUSSÃO

Com base nos artigos analisados no quadro 1 e 2, visualizou-se a demonstração de diferentes enfoques nas pesquisas. Com isso, a partir das áreas e temáticas de conhecimento, a concepção das Políticas Públicas de Educação Especial se desenrolaram com a finalidade de obter respostas os problemas apresentados.

A Educação Especial é pensada e concebida a partir de uma ampla discussão com base em mecanismos legais, internacionais que auxiliaram no processo de inclusão no nosso país. Contudo, Garcia (2006) menciona que a Política de Educação Especial privilegia a manutenção das desigualdades educacionais. Sendo assim, percebe-se, apesar desses dispositivos legais de regulamentação que possui ainda impasses expressivos para a sua funcionalidade, passando desde a qualidade do atendimento educacional especializado, a qualidade sala de recursos utilizadas pelos alunos e professores da Educação Especial.

Almeida, Melo e França (2019) verificando as implicações das ações voltadas aos alunos da Educação Especial, observa-se que as Políticas de Educação Especial resultam de impasses e políticas sociais de Estado as quais revelam várias contradições. Nesse sentido, acredita-se que as Políticas Públicas de financiamento

da Educação deixam a desejar nos aspectos relacionados a percentuais disponibilizados à Educação Especial, pois esse percentual deve dispor de uma finalidade maior sendo destinado com mais fluidez à qualificação do professor e a gestão do atendimento educacional especializado.

Kassar, Rebelo, e Oliveira (2019) destacam diferentes atores para a implementação das Políticas Públicas de Educação Especial. Nesse sentido, deve-se compreender as diferentes ações apresentadas no âmbito das Políticas Públicas de Educação Especial, pois demandam ocorrer de forma geral e não fragmentada. Com isso, torna-se imprescindível considerar e definir novas propostas pedagógicas e mais concretas, que alavanquem o desenvolvimento da aprendizagem de todos os alunos integralmente, pensando nas potencialidades a serem atingidas. Pede-se prudência e ponderação nas falas e articulações sociais individuais e coletivas para se obter uma leitura promissora das políticas atuais. É necessário filtrar, formular e estruturar uma nova política de Educação Especial que impulsione um trabalho mais justo e digno com a diversidade existente. Para Jesus *et al*. (2018) torna-se significante ainda discutir a Educação Especial numa perspectiva inclusiva.

Para Públio e Caiado (2018) não é só identificar os problemas das políticas nacionais que se configuram como pauta das Políticas Públicas, mas deve-se assegurar que sejam efetivadas e que possuam continuidade. Sendo assim, o conhecimento, alinhado aos dispositivos legais, proporciona medidas mais inclusivas, efetivando um direito já garantido mais expressivamente. Entende-se que conquistamos alguns avanços na Política de Educação Especial, porém houve rupturas identificadas na Política de Educação Especial. Dessa forma, ressalta-se que o ingresso e o processo de escolarização do público-alvo da Educação Especial são relevantes e merecem uma atenção maior.

Laplane (2006) argumenta que o educador deve estabelecer as prioridades no seu contexto de atuação para que haja um processo de priorização. Torna-se urgente estabelecer as condições de implementação e atualização de Políticas Públicas de Educação Especial e Inclusiva. Nesse contexto, ressaltamos que foi a partir de 2008, com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que as políticas públicas de Educação Especial tiveram um novo desdobramento.

Nessa direção, essa ação por meio do Ministério da Educação foi concebida objetivando a qualidade das Políticas Públicas, o fomento, a igualdade, equidade, a formação de professores, atendendo, então, às lutas sociais.

Torna-se viável mencionar que a qualidade da educação deverá ser priorizada em todos os níveis. A Educação Especial perpassa todas as etapas, porém, na construção de alguns discursos, observa-se o entendimento da Educação Especial ser substitutivo ao ensino regular e comum. Vasques, Moschen, Gurski (2013) lembram que a principal função da escola e das políticas é criar possibilidades de ser. Nesse sentido, vislumbra-se uma construção do ensino igualitário, com mais oportunidades, ou seja, mais democrático.

Ingles *et al*. (2014) destacam a contribuição das universidades para a formação dos professores da Educação Especial, tendo em vista que são agentes de produção de conhecimento e de debates críticos. Portanto, o incentivo à produção acadêmica deve ter um destaque maior, com vistas a garantir profissionais especializados dentro de processo de ensino aprendizagem mais rico e efetivo.

Garcia e Barcelos (2021) ressaltam a participação dos movimentos políticos na constituição do público-alvo da educação especial, a princípio, representados por instituições privadas e assistencialistas e, em segundo, pelos próprios sujeitos e demandas particulares. Essa fragmentação na Política de Educação Especial não viabiliza a constituição de sistema livre e mais democrático, da mesma forma, não torna a construção do ciclo de Políticas Públicas mais qualitativo e com reformas favoráveis.

Para Bueno (2012), a produção do conhecimento em Educação Especial deve avançar com a finalidade de obter fundamentos teóricos que alavanquem ou estejam condizentes com melhores práticas. Por essa via, acredita-se que ampliando as pesquisas, melhoram-se os conceitos e o entendimento sobre a Educação Especial ampliará. A partir disso, o conhecimento sobre o assunto não será absorvido apenas considerando bases biológicas e psicológicas, mas agregará valores e impactos positivos ao interesse de cada pesquisador em Educação Especial.

Tendo em vista que as Políticas Públicas estão presentes nas esferas da nossa sociedade, elas buscam a promoção da prosperidade, do conforto e do bem-estar das

pessoas, por meio de diferentes áreas e demais esferas de interesse social. Por esse motivo, também promovem várias ações articuladas, estudadas e definidas, visando à garantia dos nossos direitos democráticos e constitucional. Percebe-se categoricamente que frente às pesquisas apontadas, as Políticas Públicas de Educação Especial devem ser sempre remetidas a estudos maiores, discussões, pesquisas, avaliação. Dessa forma, ser composta pelos ciclos significativos das Políticas Públicas e representativo de aprendizagens com diretrizes, financiamento, propostas pedagógicas, formação de professores entre outros aspectos relevantes.

5 CONCLUSÃO

O reflexo dos ciclos das Políticas Públicas em qualquer área não delimita o tempo ou vida de uma política pública. Na sua implementação, existem instrumentos que mensuram os entraves para uma melhor proposição de avanços dentro dessas diversas áreas aqui já citadas. Por isso, são importantes o acompanhamento e a análise com vistas às competências e habilidades das pessoas, organizações, instituições presentes, no engajamento ou no seu desfecho.

Considera-se que os estudos indicaram, desde a insuficiência de proposições inclusivas para as políticas de Educação especial no Brasil, com vistas à superação das desigualdades educacionais, a insuficiência disso nos debates pedagógicos e nos debates que tangem às discussões do trabalho do professor. Assinala-se a importância das pesquisas desenvolvidas no Brasil para as Políticas Públicas de Educação Especial, principalmente aquelas oriundas dos grupos de pesquisa, das universidades, dos centros de fomento e do Ministério da Educação, pois possuem uma função de levar os pesquisadores, professores e estudiosos do assunto a obter uma maior compreensão conceito, do público, do financiamento e das propostas pedagógicas que não sejam fragmentadas e excludentes.

Percebe-se uma carência na formulação dos debates e nas pesquisas relacionadas às Políticas Públicas de Educação Especial. Sendo assim, a produção do conhecimento nessa área deve avançar com o intuito de obtermos mais respostas às demandas totais e não específicas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mariangela Lima de; MELO, Douglas Christian Ferrari de; FRANCA, Marileide Gonçalves. **Repercussão da política nacional de educação especial no Espírito Santo nos últimos dez anos**. Educ. Pesqui. São Paulo. v.45. e217129. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022019000100406&lng=en&nrm=iso. Acesso: 02 abr. 2021.

ANDRADE, Marcela Coelho. Políticas públicas nas Constituição Federal de 1988: avanços e desafios. CSonline – **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**. Juiz de Fora. N.29. 2019. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17574. Acesso: 24 mar. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial-MEC. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília. jan. 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf. Acesso: 21 mar. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

BRASIL. **Decreto Nº 10.502 de 30 de setembro de 2020**. Institui a nova Política de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, Ministério da Educação – MEC. Disponível: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020. Acesso: 03/04/2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. **O Método da Revisão Integrativa nos Estudos Organizacionais**. Gestão e Sociedade. Belo Horizonte. v.5. n°11. p. 121-136. mai/ago. 2011. Disponível em: https://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/view/1220. Acesso: 31 mar. 2021.

BUENO, José Geraldo Silveira. **As pesquisas e a produção do conhecimento em educação especial**: as investigações sobre políticas de educação especial no Brasil. Distúrb. Comum. São Paulo. V.24(3). p. 285-297. dez. 2012. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-725626. Acesso: 02 abr. 2021.

CUNHA, Pedro Luiz Pinta da. *et al*. **Manual de Revisão Bibliográfica Sistemática Integrativa**: a pesquisa baseada em evidências. Grupo Ãnima Educação. EAD Educação a Distância. Belo Horizonte. p.58. 2014. Disponível em:

http://biblioteca.cofen.gov.br/manual-revisao-bibliografica-sistematica integrativa-pesquisa-baseada-evidencias/. Acesso: 31 mar. 2021.

GALVÃO, Cristina Maria; SAWADA, Namie Okino; MENDES, Isabel Amélia Costa. A busca das melhores evidências. **Rev. Esc. Enferm USP**. vol.37, n.4, pp.43-50. 2003. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0080-62342003000400005.Disponível:https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S008062342003000400005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso: 02 abr. 2021.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. **Rev. Bras. Educ. Rio de Janeiro**. v.18, n. 52, pág. 101-119, mar. 2013. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782013000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em 02 abr. 2021.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; MICHELS, Maria Helena. A política de educação especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT15 - educação especial da ANPED. **Rev. bras. educ. espec.** Marília. v. 17, p. 105-124, mai/ago. 2011. Ed. Especial Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365382011000400009&lng=en&nrm=iso. Acesso: 02 abr. 2021.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Políticas para a educação especial e as formas organizativas do trabalho pedagógico. **Rev. Bras. Ed. Esp.** Marília. v.12, n.3, p.299-316, set/dez. 2006. Disponível: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365382006000300002. Acesso em: 02 abr. 2021.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; BARCELOS, Liliam Guimarães de. A Constituição do Público-Alvo na Política de Educação Especial Brasileira: Movimentos e Disputas no Interior do Estado Integral. **Rev. bras. educ. espec.** Bauru. v.27, e0170, jan/dez. 2021. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365382021000100200&lng=en&nrm=iso. Acesso: 02 abr. 2021.

INGLES, Maria Amélia. *et al*. Revisão Sistemática Acerca das Políticas de Educação Inclusiva para a Formação de Professores. **Rev. bras. educ. espe**. Marilia. V.20. n3. p. 461-478. jul/set.2014. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-725626. Acesso: 02 abr. 2021.

JESUS, Denise Meyrelles de *et al*. **Um olhar comparado sobre políticas de inclusão nas escolas de educação básica em Cariacica (ES)**. Cad. CEDES. Campinas. v.38, n.106, p.315-333, set/dez.2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132622018000300315&lng=en&nrm=iso. Acesso: 02 abr. 2021.

LAPLANE, Adriana. **Uma análise das condições para a implementação de políticas de educação inclusiva no Brasil e na Inglaterra.** Educ. Soc. Campinas. v. 27, n. 96, p. 689-715. out. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302006000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso: 02 abr. 2021

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães; REBELO, Andressa Santos; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de. **Embates e disputas na política nacional de Educação Especial brasileira**. Educ. Pesqui. São Paulo. v.45, e217170. 2019. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022019000100405&lng=en&nrm=iso. Acesso: 02 abr. 2021.

PAVEZI, Marilza; MAINARDES, Jefferson. Políticas de Educação Especial no Estado de Alagoas. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v.25, n.4, p.747-764, out/dez. 2019. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-725626. Acesso: 02 abr. 2021.

PUBLIO, Patrícia Lopes Ramos; LIMA, Paulo Gomes; CAIADO, Katia Regina Moreno. **Educação especial no município de Sorocaba, SP**: Os contextos das políticas e o direito à educação. Cad. CEDES. Campinas. v.38. n.106. p. 335-354. Set/dez. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132622018000300335&lng=en&nrm=iso. Acesso: 02 abr. 2021.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos esquemas de análises, casos práticos. São Paulo: Cengage. Learning. 2012.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. Sociologias. Porto Alegre. ano 8. nº 16. p. 20-45. jul/dez. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf. Acesso: 24 mar. 2021.

VASQUES, Carla K.; MOSCHEN, Simone; GURSKI, Roselene. **Entre o texto e a vida**: uma leitura sobre as políticas de educação especial. Educ. Pesqui. São Paulo. v. 39, n. 1, p. 81-94. Mar. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022013000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso: 02 abr. 2021.